

A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR SOBRE A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

Dra. Andréa Moura da Costa Souza

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza-Fametro
Centro Universitário Unichristus/Brasil
andreamoura.ufc@gmail.com

Dr. Marcos Antonio Martins Lima

Universidade Federal do Ceará/Brasil
marcos.a.lima@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a formação do docente do ensino superior. Essa abordagem é envolta de muita cautela que nos remete a colocar esse problema à luz das teorias sobre a competência docente na proposta de evidenciar o atual momento. Esse momento vem acompanhado da preocupação com a formulação da política de valorização do magistério que tem submergido desde promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nº 9.394/96, sobre a questão da formação do professor do ensino superior e da promulgação da Lei Nº 12.772/2012. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental na Universidade Federal do Ceará (UFC) compreendendo o período de 2013 a 2015. Os resultados mostram que a instituição se mobilizou para oferecer diversas formações no intuito de valorizar o magistério. Entretanto, essas ações ainda não são percebidas da mesma forma por todos os docentes, pois 2,42% dos respondentes não participaram de nenhuma ação formativa durante esse período e a carga horária média docente ficou em 42,54h quando deveria ser 64h de formação no mínimo durante os três anos de estágio probatório.

Palavras-chave: Competência. Docente. Políticas. Práticas de formação.

INTRODUÇÃO

Pensar na formação dos docentes nos remete ao significado do termo formação que de acordo com o dicionário *online* da língua portuguesa (2016) se refere a s.f. "Ação ou efeito de formar ou formar-se: a formação de uma palavra; a formação de um abscesso. Modo por que uma coisa se forma. Educação, instrução, caráter: pessoa de boa formação". Podemos interpretar então como o ato de desenvolver um ser, um sujeito por meio da instrução com o uso de procedimentos formais. Então, quando pensamos a formação dos docentes do ensino superior para nós se mostra um desafio, pois muitos consideram esses profissionais prontos para disseminar o conhecimento na sala de aula, além de já haver encontros, seminários, discussões, fórum, livros e artigos que tratam dessa temática com frequência e disseminam formas a serem seguidas. (BACHELARD, 2005; TARDIF, 2005; ZABALZA, 2004; SOUZA, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nº 9.394/96, sobre a questão da formação do professor do ensino superior trata a formação do docente do ensino superior de forma pontual e superficial. Sendo assim, observamos que a Lei não está bem definida

para esta categoria, esse evento contribuiu para que cada instituição estabelecesse ou não uma formação para os docentes do ensino superior. Entretanto a Lei Nº 12.772/2012, CAPÍTULO VI Art. 24, item V tornou normativa a formação dos docentes nas Universidades Federais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e exploratório. A pesquisa documental foi feita no site institucional e nos documentos gerados e disponibilizados pelo Programa CASa-UFC. Utilizamos um recorte histórico que compreendeu 288 docentes em estágio probatório nos anos de 2013, 2014 e 2015. As informações documentais buscadas foram: número de ações formativas ofertadas/ano; número de docentes/centro/hora de formação.

RESULTADO E DISCUSSAO

O Programa CASa - Comunidade de Cooperação e Aprendizagem Significativa da UFC responde a política e prática de formação dos docentes e foi criado por três professores de diferentes áreas e departamentos da instituição, com a intenção de melhorar a formação e também a inserção dos docentes. Posteriormente, a formação docente tornou-se obrigatória e normatizada por Lei Federal, Lei Nº 12.772/2012 e o CASa através de sua proposta inicial, consolidou-se como um programa institucional de formação docente.

A intensão da formação docente também se mostrou uma tensão, pois como definir uma formação para centenas de docentes que ingressavam de diferentes áreas e diferentes conhecimentos e experiências na universidade? A experiência dos docentes precursores lhes instigou para desenvolver a escuta desses novos docentes e identificar suas necessidades de formação e a partir dessas informações criarem as ações formativas de acordo com as necessidades levantadas. Essa fase de preparação correspondeu à fase de construção do próprio programa que percebeu que a docência universitária demanda por conhecimentos específicos da área, conhecimentos investigativos para a produção do saber, didáticos e pedagógicos, sem esquecer, do desenvolvimento do indivíduo. Sendo assim, o programa CASa se apresentou como um dispositivo de formação contínua, no qual os docentes, refletindo com os pares, apreendem com a troca de experiências. Esse processo de aprendizagem visa a inclusão do sujeito nessa multidimensionalidade e pluralidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

O programa CASa é voltado para os docentes, os estudantes e a comunidade. Para os dois últimos com atividades facultativas. Entretanto as atividades são obrigatórias para os docentes em estágio probatório em decorrência da LEI nº 12.772, de 28 de Dezembro de 2012, Art.24 e do Art. 20 da LEI nº 8.112, de 1990 que promulga a avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatória e sua participação em programa de Recepção de Docente.

Cada docente escolhe entre as atividades que lhe convier durante os três anos de estágio probatório, contanto que se cumpra as 64h de formação. As formações obedecem aos critérios de validação do cumprimento da carga horária.

No número de ações formativas ofertadas por ano identificamos que no ano de 2013 foram 79 ações formativas, dentre as quais 39 foram ambiências temáticas. A ambiência temática é composta de, no mínimo, 3 docentes e é gerenciada por docentes com o intuito de construir e compartilhar em torno de um tema central e relacionado com a atuação do docente no ensino superior.

Em 2014 foram disponibilizados aos docentes 86 ações formativas, das quais 20 foram ambiências temáticas e o curso de didática com 7 encontros. Além das ações formativas habituais foram disponibilizadas outras ações como lançamento de livro, 10 mesas redondas nos encontros universitários, o VII Encontro de práticas docentes e o II seminário de iniciação à docência, no qual a participação do docente é validada pela participação com a apresentação de trabalho ou como ouvinte da atividade.

Em 2015 foram disponibilizadas 58 ações formativas, das quais 12 foram espaços temáticos. Percebe-se a continuidade no que diz respeito as ações formativas em seminários como os que foram convalidados na III Semana de inclusão e acessibilidade, no VII encontro de docência no ensino superior e nas treze mesas redondas nos encontros universitários e na reunião dos docentes com o programa CASa.

Nota-se que em 2015 houve um maior aprofundamento de alguns temas relacionados ao ensino como a continuação dos cursos de didática do ensino superior que continua com cargas horárias de 20h e 64h, e a inserção do curso de planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem com carga horária de 25h e um minicurso de planos de aula. Outra novidade que ocorreu neste mesmo ano foi a inclusão do curso de acessibilidade com cargas horárias de 40h e 60h e os encontros de Tanatologia que passaram a ter mais encontros (7 encontros) e de Eneagrama (4 encontros).

Dos 289 docentes pesquisados nesse período percebe-se que a formação DTIC - Docência Integrada à Tecnologias de Informação e Comunicação que é voltado para o uso de tecnologias digitais no ensino foi a mais requisitada. O objetivo da formação DTIC visa auxiliar o docente a utilizar os recursos da tecnologia digital em sua prática docente,

assim que estabelecer uma cultura de parceria entre docente, discentes e tecnologia. A segunda ação formativa que teve mais adesão foi o curso de didática do ensino superior com carga horária de 64h.

A média calculada entre carga horária de formação e o número de docentes em estágio probatório evidenciou as horas de formação por quantidade de docente de cada unidade acadêmica da instituição. A Faculdade de Medicina com 46,11h, a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem com 66,3h; Centro de Humanidades com 39,77h; Centro de Ciências Agrárias com 57,53h; Instituto Universidade Virtual com 77,25h; Centro de Tecnologia com 24,5h; Instituto de Educação Física e Esportes, com 37,71h; Instituto de Cultura e Arte com 38,76h; Centro de Ciências com 35,97h Faculdade de Economia Administração Atuarias e Ciências Contábeis com 46,75h; Instituto de Ciências do Mar com 13,5h e a Faculdade de Educação com 10,45h de formação.

A Faculdade de Educação ficou com a menor média de carga horária de formação por docente (10,45h), enquanto o Instituto Universidade Virtual ficou com a maior participação (77,25h) de formação por docente. Evidenciaram-se ainda o total geral de horas de formação realizadas foi de 12,295,5h e que, do total de docentes investigados, apenas 2,42% ainda não tinham cursado nenhuma formação durante os três anos de estágio probatório.

CONCLUSAO

Se refletirmos sobre a entrada do docente na instituição, sua entrada dá-se por um concurso público, no qual são avaliados seus conhecimentos, sua didática, sua experiência profissional, suas pesquisas e publicações através do *Currículo Lattes*. Participar de um processo seletivo e ser aprovado mostra uma superioridade do profissional concorrente e, posteriormente, essa superioridade é confrontada e precisa ser renunciada para que se renove o conhecimento. Esse ciclo leva o docente a viver e reviver o estado inicial de objetivação, pois ao entrar no estágio probatório, entra em um processo de descoberta que o leva a retificar as suas subjetividades. Na perspectiva de alguns docentes essa descoberta através do Programa CASa não se mostra evidente. Mesmo que seja notório como o programa se empenha em fazer o docente encontrar outros saberes e que essa iniciativa é de caráter obrigatório pela instituição e promulgada por Lei Federal.

Nessa perspectiva, a falta de prescrições para os docentes que não tem experiência relevante na função, significa lhe atribuir um trabalho de certa forma pesado, pois cada docente interpreta a atividade de forma individual, sem o suporte da teoria e

da experiência para o ensino superior. Assim por mais que a formação docente venha no intuito de valorização do magistério, não é percebida, por alguns, como tal, sendo assim não participam plenamente das atividades de formação.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

SOUZA, Andréa.M.C. **Avaliação docente em estágio probatório**: Estudo das ações educacionais do programa CASA/UFC-comunidade de Cooperação e aprendizagem significativa. 2016. 173 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira)- Universidade Federal do Ceara, Fortaleza..

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os Professores face ao Saber: esboço de uma problemática do saber docente. In: **Teoria e Educação**. 1991, v. 04.

_____. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **PROGRAMA CASa** - 2016.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino Universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004, 239 p